

Por uma universidade-refúgio

*“Vão com calma, mas apressem-se.
Não sabem o que os aguarda.”¹*

Com estas palavras de Derrida, que encerram seu texto *A universidade sem condições*, gostaria de iniciar aqui, com vocês, ao lado dos professores Félix Kaputu e Sylvie Debs, uma breve reflexão sobre o que chamamos, hoje, em razão da fundação da primeira Casa-refúgio brasileira para escritores em risco, de “universidade-refúgio”.

Sabemos que o projeto da ICORN de oferecer abrigo e condições de trabalho para escritores desterritorializados funda-se a partir da ideia construída por Derrida, em seu proferimento de 1996, em Estrasburgo, *Cosmopolitas de todos os países, mais um esforço!*, quando ele constrói a ideia de cidade-refúgio. Sabemos também, a partir desse mesmo texto de Derrida, que essa ideia remonta aos tempos bíblicos:

Reconhece-se nesse termo, por um lado, em uma tradição hebraica, essas cidades que deviam acolher e proteger aqueles que podiam vir a se refugiar quando eram perseguidos, ou por uma justiça cega e vingativa ou pelo que os textos chamam de “vingador de sangue”, por um crime em relação ao qual eram inocentes (ou antes autores involuntários). (Derrida, 1997, p. 43-4)

Preservemos, já de início, a ideia de cidades que devem acolher e proteger aqueles que são perseguidos e ainda a ideia de um “criminoso inocente”, que ali venha a se refugiar. Não precisamos de muito mais para imaginarmos o escritor, ou o artista: aquele que, com sua pena, rasga um certo véu da inocência, tornando-se responsável por aquilo que escreve e sustentando, no gesto mesmo dessa escrita, sua responsabilidade, sua “response ability”: a habilidade de responder às questões de seu tempo e de seu mundo, com respostas às vezes insuportáveis para questões que quase sempre nos envergonham.

¹ DERRIDA, 1997. P. 83.

Não vou enumerá-las aqui. Vivemos hoje, no Brasil, mais do que nunca, tempos sombrios nas universidades públicas e no país. Mas é justamente neste momento de crise, momento em que algumas universidades ameaçam fechar as portas por falta de verbas para pagamento de suas contas básicas, que terminamos por conseguir, quase que milagrosamente, firmar o convênio da Universidade Federal de Minas Gerais com a ICORN, fundando, no Brasil e na América do Sul, a primeira casa-refúgio.

Muitos trabalharam para que isso acontecesse. Desde nossa amiga Sylvie Debs, aqui presente, a francesa mais brasileira que conheço, a toda a equipe da UFMG e da DAC - Diretoria de Ação Cultural, em sua atual direção, através da Professora Leda Martins. Mas não gostaria, nesta breve pontuação, de apenas sublinhar o trabalho concreto que todo o esforço de cada um e o esforço comum de todos acabou transformando num projeto.

O que gostaria de trazer, hoje, aqui, neste momento em que me preparo para deixar a universidade, é uma breve pontuação acerca do que significa, para a universidade, e mesmo para a ICORN, e ainda mais para um escritor exilado, o abrigo que a universidade pode oferecer. O meu exercício é, então, o de poder pensar, com vocês, não só sobre tudo aquilo que um dia chega, mas sobretudo sobre tudo aquilo que poderá, um dia, ter chegado ao mundo.

Porque aqui, no Brasil, o que propomos não é exatamente a ideia de uma cidade-refúgio para abrigar um escritor em risco, mas antes a ideia de uma universidade-refúgio que abrigue o risco de uma escrita, o risco de uma escrita estrangeira, de um original que não conhecemos e que provavelmente não conheceremos jamais, seja porque o original se perdeu, seja porque não há o original, seja porque, sendo um projeto de refúgio dos estrangeiros, mas de estrangeiros que escrevem, este é também um projeto de refúgio das línguas, das culturas, dos povos, de suas paisagens, de sua fome, de sua maneira de comer, de beber, de rezar, de fazer a higiene, de fazer o amor.

Como abrigar tudo isso numa universidade-refúgio? Como fazer dessa universidade, dessa cidade universitária, mais que um campus de pesquisa e de trabalho, algo diferente de um campus de concentração: um campus de disseminação e de contaminação das línguas, das crenças, das culturas, das

paisagens, dos povos? Talvez apenas suportando o que, nesse universo de incomensuráveis diferenças, nos faz insuportavelmente iguais: “a existência enigmática”, como Llansol a chamou. “Porque todos são iguais perante a existência enigmática” – ela escreveu, certa vez. (Llansol, 2014, p.128)

Assim como o assinala Derrida, em uma belíssima conferência proferida em Stanford, Califórnia, em abril de 1988, talvez devêssemos sonhar com uma “universidade sem condições”, não no sentido em que a estamos vivendo, hoje, praticamente sem condições de pesquisa, mas no sentido de uma “universidade incondicional”, em que não se impusessem restrições ao pensamento, sim, mas também não ao sonho. E isso, como sabemos, só pode ser verdadeiramente um sonho, naquilo que o sonho pode ter da radicalidade de um desejo, se pensarmos, no contexto brasileiro, na universidade pública.

Dentro dessa “universidade incondicional”, segundo Derrida, haveria um lugar especial reservado às Humanidades e, particularmente, à literatura e à escrita. Ouçamos Derrida:

“Eis, portanto, o que poderíamos, valendo-nos dela, chamar a Universidade sem condição: o direito de princípio de dizer tudo, ainda que a título de ficção e de experimentação de saber, e o direito de dizê-lo publicamente, de publicá-lo. Essa referência ao *espaço público* permanecerá como o elo de filiação das novas Humanidades à era das Luzes. Isso distingue a instituição universitária das outras instituições fundadas no direito ou no dever de dizer tudo. Por exemplo, a confissão religiosa. E mesmo a “livre associação” em situação psicanalítica. Mas é isso que liga fundamentalmente a Universidade, e por excelência as Humanidades, ao que se chama literatura, no sentido europeu e moderno do termo, como direito de tudo dizer publicamente, até mesmo de guardar um segredo, ainda que sob a forma de ficção.” (Derrida, 2003, p. 19.)

Assim, é do direito de dizer tudo que se trata, na literatura, mas, sendo ela não-toda, é claro que também na literatura não se diz tudo: resta sempre algo que permanece não dito, ainda por dizer. Pensemos, então, nessa universidade

pública, que aspira ao direito, a um certo direito literário de tudo dizer, de tudo pensar, como uma “cidadela exposta”, como a define Derrida:

“E digo “sem condição”, tanto quanto “incondicional”, para que se entenda a conotação do “sem poder” e do “sem defesa”: por ser absolutamente independente, a Universidade é também uma cidadela exposta. Ela se oferece, permanecendo por conquistar, frequentemente destinada a capitular sem condição. Em todo lugar onde comparece (*se rend*), está prestes a se render (*se rendre*). Por não aceitar que lhe imponham condições, às vezes ela é compelida, exangue, abstrata, a se render também sem condição. (Derrida, 2003. p. 21).

É, pois, numa “cidadela exposta” que ousamos fundar, como uma das primeiras experiências da ICORN, uma universidade-refúgio para escritores e artistas em risco. Ali recebemos, como escritor número 1, o Professor Félix Kaputu, este que hoje se apresenta aqui e que aqui, no Brasil, se arrisca, ao nosso lado. Para ele oferecemos esta cidadela exposta, nossa universidade-refúgio.

Cabe, então, perguntar a ele, que chegou em junho de 2017 a Belo Horizonte, e que desde o primeiro dia de sua chegada divide comigo uma sala – um gabinete que justamente tem em sua porta uma placa: Núcleo de Estudos em Literatura e Psicanálise – LIPSI --, essa sala da qual o meu nome brevemente será retirado para restarem, ali, provavelmente, apenas a literatura, a psicanálise e um escritor em risco, cabe perguntar a ele o que esta universidade-refúgio lhe dá, o que ela ainda não lhe deu e o que ela ainda pode lhe dar.

Quanto a mim, escritora, psicanalista e professora, que ora me aposento da profissão da qual me ocupei, na UFMG, durante trinta e três anos e meio, deixo-os com esta pergunta de Derrida, que me parece estar no centro de nossas indagações sobre uma universidade-refúgio, esta cidadela a descoberto em que me encontrei, um dia, com o escritor e professor Félix Kaputu:

Em suma, o que quer dizer *professar*? E o que ainda está em jogo nessa questão, relativamente ao trabalho, ao ofício (profissional, professoral ou não), à Universidade de amanhã e, nela, às Humanidades?

Palavra de origem latina, “professar” (...) significa em francês, como em inglês, *declarar abertamente, declarar publicamente* (...). A declaração de quem professa é uma declaração de algum modo *performativa*. Por um ato de fé jurada, ela empenha um sermão, um testemunho, uma manifestação, um atestado ou uma promessa. É realmente, no sentido forte do termo, um *compromisso* [engagement]. Professar é dar um penhor, empenhando sua responsabilidade. (Derrida, 2003, p.38)

Assim, declaro publicamente que, ao lado de Sylvie Debs, professo a existência, no Brasil, da Cabra – Casas Brasileiras de Refúgio. São casas – no plural – e serão várias e variadas. Portanto, dentro ou fora da universidade, e mesmo dentro e fora da universidade, como sempre estive durante esses trinta e três anos, continuarei a dizer, para aqueles que ainda vão chegar a tantas casas ainda por vir: “Vão com calma, mas apressem-se. Não sabem o que os aguarda”.

Belo Horizonte, novembro de 2017.

Lucia Castello Branco
Professora Titular em Estudos Literários
Faculdade de Letras -- UFMG

Referências:

DERRIDA, Jacques. *Cosmopolites de tous les pays, encore un effort!* Paris: Gallilée, 1997.

DERRIDA, Jacques. *A universidade sem condição*. São Paulo: Estação Liberdade, 2003.

LLANSOL, Maria Gabriela. *Lisboaleipzig: o encontro inesperado do diverso; o ensaio de música*. V. 1 e 2. Lisboa: Assírio & Alvim, 2014. P.125-131: Para que o romance não morra.